



SEGUNDA CÂMARA – SESSÃO DE 17/03/2020 – ITEM 71

TC-004269.989.18-2

Prefeitura Municipal: Pracinha.

Exercício: 2018.

Prefeito: Maurilei Aparecido Dias da Silva.

Advogado: Juliana Kenei Amadio Silva Bressan (OAB/SP nº 289.794).

Procurador de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalizada por: UR-18 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-18 – DSF-I.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. DIMINUIÇÃO DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO. FALHAS FORMAIS RELEVADAS. RECOMENDAÇÕES AO EXECUTIVO. DETERMINAÇÕES. PARECER FAVORÁVEL. FORMAÇÃO DE APARTADO PARA TRATAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das contas da **Prefeitura Municipal de Pracinha**, relativas ao **exercício de 2018**.

Responsável pela fiscalização “in loco”, a Unidade Regional de Adamantina – UR-18 elaborou o relatório de fls. 1/55 (evento 115.57), consignando os apontamentos que seguem:

CONTROLE INTERNO - apesar da elaboração de relatórios periódicos, as falhas anotadas foram parcialmente regularizadas.

IEGM – I-PLANEJAMENTO – ÍNDICE “B” – falta de equipe estruturada para realização do planejamento municipal e de treinamento específico para os servidores; ausência de divulgação das atas das audiências públicas na *internet*; falta de levantamento formal sobre as necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento; realização das audiências públicas em horário que dificulta a participação popular; e outras impropriedades anotadas à fl. 46.

RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL – inconsistência no resultado financeiro, devido à inclusão de valores relativos a depósitos judiciais efetuados nas contas vinculadas sob administração do



Poder Judiciário, porém sem contrapartida do registro das quantias relativas aos débitos não quitados.

PRECATÓRIOS – o Balanço Patrimonial não contabilizou corretamente as pendências judiciais; ausência de registro dos débitos de precatórios relativos aos Mapas encaminhados pela Justiça Estadual; o Município não apresentou o Plano de Pagamento Anual ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos do *caput*, do artigo 101 do ADCT; falta de regulamentação de lei, no âmbito do Município, prevendo requisitos de compensação dos precatórios em atraso com débitos de natureza tributária ou de outra natureza (Nota Técnica SDG nº 142).

ENCARGOS SOCIAIS – atraso no recolhimento dos encargos devidos ao INSS (competências: janeiro/2018, março/2018 e agosto/2018) e ao PASEP (competência: setembro/2018), com incidência de juros e multa.

TRANSFERÊNCIAS À CÂMARA DOS VEREADORES – alguns dos repasses mensais dos duodécimos não foram realizados até o dia 20 de cada mês, descumprindo o disposto no artigo 168 da Constituição Federal.

DESPESA DE PESSOAL – falta de contabilização das contratações¹ terceirizadas de serviços médicos de clínica geral e de outras especialidades como “outras despesas de pessoal”, conforme estabelece o artigo 18, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS – lançamento do cargo de “motorista” no Quadro de Pessoal em duplicidade, denotando falta de fidedignidade nas informações prestadas.

CARGOS EM COMISSÃO – falta de definições específicas das atribuições dos cargos em comissão que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura, contrariando jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na decisão proferida na ADI nº 2208072-02.2016.8.26.0000; grande parte dos cargos em comissão do Quadro de Pessoal não exige formação de nível superior, em desacordo, ainda, com a jurisprudência desta C. Corte.

¹ R\$ 317.048,00 (demonstrativo de fl. 13)..



PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS – a Prefeitura despendeu no decorrer do exercício a importância de R\$ 175.081,85 com o pagamento de horas extras de forma habitual; os funcionários da Prefeitura são regidos pela CLT, com o que as horas extras habituais prestadas incorporam-se ao salário ou podem eventualmente motivar ações trabalhistas; o pagamento de horas extras aos servidores considera apenas as relações nominais com as quantidades realizadas mês a mês com a assinatura dos responsáveis pelo setor, sem considerar os registros individuais de frequência; recomendação anterior desta C. Corte para regularizar os pagamentos.

PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM DESACORDO COM LAUDO TÉCNICO VIGENTE – algumas funções² receberam o adicional de insalubridade em grau máximo (40%), mesmo estando enquadradas no laudo como grau médio (20%).

IEGM – I-FISCAL – ÍNDICE “B” – IMPOSTOS, TAXAS E SERVIÇOS - falta de adoção, na cobrança do IPTU, de alíquotas progressivas em relação ao valor do imóvel, conforme permite o artigo 156 da Constituição Federal; o Município não estabelece alíquotas progressivas para o ITBI, com base no valor venal do imóvel, conforme Súmula 656 do STF; o Cadastro Técnico Imobiliário e a Planta Genérica de Valores encontram-se desatualizados.

CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – o Município assumiu os ativos da iluminação pública, porém ainda não providenciou a sua detalhada discriminação e incorporação ao patrimônio; ausência de novo projeto de lei para instituição da Contribuição de Custeio da Iluminação Pública, tendo em vista que, em 2017, a Câmara Municipal rejeitou projeto com a mesma finalidade.

DÍVIDA ATIVA – o Município não vem fazendo uso dos protestos extrajudiciais junto aos órgãos de proteção de créditos, a fim de viabilizar o recebimento desses ativos; ausência de inscrição de valores em dívida ativa; falta de providências quanto à cobrança amigável ou judicial de importância impugnada

² Motorista da Educação; Auxiliar de Alvenaria; Pedreiro; Operador de Máquinas; e Tratorista (fl. 20).



no exercício de 2013; ineficiência na cobrança dos respectivos créditos; falta de adoção de medidas voltadas ao ressarcimento do erário.

ALMOXARIFADO – falta de controle de estoques de materiais, à exceção da Farmácia do Setor de Saúde, em que há controle informatizado; ausência de controle individualizado dos gastos com peças de reposição e das manutenções dos veículos da frota; falta de controle de tráfego, quilometragem e consumo de combustível de forma centralizada por veículo; recomendação anterior da Corte sobre o assunto.

OBRAS PARALISADAS – existência de duas obras de construção escolar que se encontram paralisadas, sendo os contratos analisados nos processos eTCs-19.954.989.17-4 e 19.946.989.17-5.

ADIANTAMENTOS - desacertos relacionados aos documentos apresentados para comprovação de despesas com refeições; falta de detalhamento na especificação dos destinos em viagens custeadas sob tal regime; atrasos nas prestações de contas.

IEGM – I-EDUCAÇÃO – “C+” – a Prefeitura não aplicou nenhum programa municipal de avaliação de rendimento escolar; falta de adoção de programa específico voltado às competências de leitura e escrita dos alunos da rede municipal; o Conselho de Alimentação Escolar não elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturas da cozinha; falta de atendimento educacional especializado para portadores de necessidades especiais; ausência de planejamento e ações governamentais para enfrentamento ao *bullying*, conforme prevê a Lei nº 1.185/2015; inexistência de ações de aproximação da escola com as famílias e incorporações da comunidade à escola, o que dificulta seja atingida a Meta 19 do PNE; falta de atendimento educacional integral, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação; ausência do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB nos estabelecimentos do ensino da rede municipal.

FISCALIZAÇÃO ORDENADA – TRANSPORTE ESCOLAR – ausência de dados individualizados dos veículos da frota própria utilizados no transporte



escolar contendo as informações das manutenções realizadas; três dentre os sete motoristas que realizam o transporte escolar não possuíam comprovação de aprovação em curso especializado de transporte, nos termos definidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN; acompanhamento/orientação dos alunos no transporte escolar não é realizado por “monitores do transporte escolar”, diante da inexistência da função no quadro de servidores.

IEGM – I-SAÚDE – ÍNDICE “B” - ausência do AVCB na Unidade Básica de Saúde; falta de implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica; ausência de Plano de Cargos e Salários voltado aos profissionais da área; falta de controle de frequência dos médicos por meio de sistema de ponto eletrônico; não houve cobertura de 80% dos imóveis visitados para controle vetorial da dengue em todos os ciclos de visitas, conforme indicador 22 da Resolução CIT nº 08/2016; falta de implantação da Ouvidoria, conforme determina a Resolução CIT nº 04/2012; o Município não possui componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado.

IEGM – I-AMBIENTE – ÍNDICE “C” - falta de coleta seletiva de resíduos sólidos; ausência de processamento dos resíduos antes de aterrar o lixo; o Plano Municipal de Saneamento Básico encontra-se em fase de elaboração; falta de coleta seletiva de resíduos sólidos; ausência de processamento dos resíduos antes de aterrar o lixo.

IEGM – I-CIDADE – ÍNDICE “C” - o Município não possui Plano de Contingência de Defesa Civil, conforme exige a Lei nº 12.340/10, como também levantamento para identificação de risco para eventuais intervenções do Poder Público; falta de treinamento/capacitação para os funcionários sobre ações municipais de defesa civil; ausência de registro eletrônico para cadastramento das ocorrências da área; falta de registro sobre ameaças potenciais mapeadas; e inexistência de estudo sobre avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, conforme preconiza a Lei Federal nº 12.608/12.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E LEI DE TRANSPARÊNCIA FISCAL – falta de atualização, em tempo real, das informações disponibilizadas no Portal



da Transparência; as atas das audiências públicas não foram divulgadas na *internet*; o Município ainda não instituiu o serviço de Ouvidoria.

FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP – divergência entre os dados informados pela origem e aqueles contidos no referido Sistema.

IEGM – I-GOV-TI – ÍNDICE “C” – a Prefeitura não possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação, estabelecendo diretrizes e metas a serem atingidas; falta de elaboração da Política de Segurança da Informação.

ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL - entrega intempestiva de documentos ao Sistema AudeSP; descumprimento de recomendações exaradas nas contas dos exercícios de 2015 e 2016.

Após regular notificação (evento 120.1), o Chefe do Executivo e sua Procuradora Jurídica (procuração evento 126.2) apresentaram as justificativas contidas no evento 126.1, acompanhadas dos documentos juntados nos eventos 126.3/126.6.

ATJ, quanto aos aspectos de ordem econômica e jurídica, com o aval da Chefia, anotou o cumprimento dos mandamentos constitucionais incidentes sobre os tópicos de relevância no exame da matéria e concluiu pela aprovação das contas, sem prejuízo de recomendações.

O douto MPC, considerando as falhas relativas: ao pagamento de encargos sociais em atraso, com incidência de juros e multas; ao atraso nos repasses de duodécimos à Câmara Municipal; aos cargos em comissão sem atribuição definida em lei; e aos pagamentos de horas extras de forma habitual, manifestou-se no sentido da emissão de parecer desfavorável, com recomendações.

Sugeriu, outrossim, a formação de autos próprios/apartados para o exame do assuntos tratados nos itens B.1.9.3 – Pagamento de Adicionais de Insalubridade e B.3.3.1 – Irregularidades em Adiantamentos.



Subsidiou o exame dos presentes autos o expediente eTC-16322.989.8-7, cujos assuntos nele reportados foram tratados nos itens B.1.9.1 e C.2.1 do relatório da Fiscalização, encontrando-se o mesmo no Arquivo.

Este é o relatório.

s



VOTO

As contas da **Prefeitura Municipal de Pracinha**, relativas ao **exercício de 2018**, apresentaram os seguintes resultados:

ITENS	RESULTADOS
Ensino	31,45%
FUNDEB	100%
Magistério	95,23%
Pessoal	50,17%
Saúde	19,27%
Transferências ao Legislativo	Regular
Execução Orçamentária	Superávit de 4,07% - R\$ 548.736,65
Resultado Financeiro	Positivo = R\$ 236.889,82
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular

Os principais índices norteadores no âmbito de análise da matéria restaram cumpridos, haja vista o pleno atendimento dos mandamentos constitucionais relativos: à Aplicação dos Recursos no Ensino Global e Fundeb; aos Gastos com Pessoal³; à Aplicação na Saúde; e aos Pagamentos dos Subsídios dos Agentes Políticos.

As transferências financeiras à Câmara Municipal obedeceram à disposição contida no § 2º, do artigo 29-A da Constituição Federal. Não obstante, verifico que, em alguns meses⁴, os repasses foram efetuados após o dia 20, falta que merece ser relevada, tendo em vista a ausência de prejuízos à Edilidade, demandando, contudo, maior cautela e atenção do Administrador no trato do assunto, devendo estrita obediência ao disposto no inciso II, § 2º, do referido artigo 29-A do texto constitucional, a exemplo do decidido em situação assemelhada nos autos do TC-1270/026/11⁵.

³ Percentual ajustado, após os ajustes efetuados pela Fiscalização com a inclusão do montante relativo à terceirização de serviços médicos (item B.1.8.1, fls. 13/15, evento 115.57).

⁴ Eventos 46.11 e 74.20.

⁵ Prefeitura de Batatais, exercício de 2011, r. Parecer publicado no DOE de 24/11/2013.



Quanto aos Precatórios, o Município efetuou depósitos da ordem de R\$ 238.637,95, além de pagar a integralidade dos Requisitórios de Baixa Monta devidos no período. Conforme observou a Fiscalização, o ritmo de pagamentos realizado denota o atendimento aos termos da Emenda Constitucional nº 99/2017.

A impropriedade relativa ao registro inadequado das pendências judiciais no Balanço Patrimonial reveste-se de natureza formal, podendo constituir-se em objeto de alerta à Municipalidade, sendo que a suscitada ausência de Plano de Pagamento Anual ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo merece ser afastada, tendo em vista a Certidão juntada no evento 126.3 que comprova a adoção de tal medida junto ao DEPRE.

A par do cumprimento de tais quesitos, consta do Relatório Prisma 2018 que o Município de Pracinha alcançou média geral de resultado “C+”, considerado, portanto, “em fase de adequação” perante os critérios de avaliação do IEGM/TCESP.

Diante disso, proponho alerta à Administração, no sentido de que reveja as deficiências apuradas por meio do IEGM, em especial nos questionários referentes ao i-Educação (C+) e i-Ambiente, i-Cidade e i-Gov-TI, que apresentaram índice “C” (demonstrativo de fl.2) buscando saneá-las, devendo a Fiscalização acompanhar as providências adotadas quando da próxima inspeção *in loco*.

Em relação às impropriedades de ordem operacional relacionadas ao Ensino e à Saúde, medidas saneadoras e corretivas se mostram necessárias com vistas à efetiva melhoria no desempenho de sua gestão e prestação de melhores serviços à população, o que, desde já, fica recomendado à Municipalidade.

No que respeita à gestão fiscal, registre-se que a execução orçamentária evidenciou superávit da ordem de 4,07%, demonstrando, inclusive, recuperação em relação aos resultados deficitários verificados nos exercícios pretéritos (2015= 6,22%; 2016 = 2,17%; e 2017 = 2,45%).



O resultado financeiro também apresentou superávit, denotando a existência de recursos disponíveis para integral cobertura das dívidas de curto prazo registradas no Passivo Financeiro.

Igualmente positivos os resultados econômico e patrimonial alcançados, conforme demonstrativo ajustado de fl. 7.

Ainda a favor da Municipalidade, constatou-se a diminuição de 7,33% na Dívida de Longo Prazo, em relação ao exercício anterior (item B.1.4 – fl. 8, evento 115.57).

No que concerne aos desacertos de ordem formal verificados nos adiantamentos realizados, acolho as justificativas ofertadas pela origem; contudo formulo recomendações no sentido de que atente para a necessidade de estrita obediência aos preceitos da Lei Federal nº 4.320/64, bem assim às diretrizes traçadas no Comunicado SDG nº 19/2010, quando da prática de tais procedimentos.

Quanto ao Quadro de Pessoal, tendo em vista as falhas referentes à existência de cargos sem a definição objetiva das atribuições compatíveis com as de direção, chefia e assessoramento, bem como sem a exigência de ensino superior para a sua ocupação, cabe advertência à Municipalidade para que regularize a sua estrutura funcional, adequando-se à disposição contida no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal e às orientações contidas no Comunicado SDG nº 32/2015.

Ainda no setor de Pessoal, a Fiscalização apontou o pagamento excessivo de horas extras aos servidores, além de restar configurada a sua habitualidade ao longo do exercício, em afronta aos princípios da eficiência e da economicidade. Observo que a falta também constituiu objeto de apontamento e recomendações na apreciação das contas dos exercícios pretéritos de 2016 (eTC-4034.989.16-0) e 2017 (6512.989.16-1), com os respectivos Pareceres publicados nos DOEs de 31/10/2018 e 22/10/2019, portanto sem tempo hábil para correções no ano ora em apreço.



Sendo assim, é de se reiterar a determinação à Administração a fim de que adote medidas efetivas no sentido de promover o adequado planejamento de seus serviços e atividades, de forma que o prolongamento da jornada de trabalho dos servidores ocorra apenas em situações excepcionais e devidamente justificadas.

Vale anotar que a implementação das providências já determinadas ao Executivo ao ensejo do exame das contas do exercício de 2016, no sentido da implantação do sistema eletrônico de ponto para os servidores municipais e da instauração de procedimentos administrativos para apurar eventuais pagamentos indevidos, deverá ser verificada pela UR-18 no próximo roteiro de inspeção “in loco”.

Por fim, considerando a natureza formal de que se revestem as justificativas apresentadas pela origem, entendo que as demais falhas anotadas durante a instrução podem ser alçadas ao campo das recomendações, a fim de que a Administração adote medidas regularizadoras e coíba possíveis reincidências.

Por outro lado, tendo em vista as críticas da Fiscalização a respeito do contido no item B.1.9.3 – Pagamento de Adicionais de Insalubridade (fls.19/20, evento 115.57), determino sua correção, em estrita conformidade com o Laudo Técnico emitido.

Nessa conformidade e acolhendo as manifestações de ATJ (Econômica, Jurídica e Chefia), **VOTO pela emissão de Parecer Favorável às contas da Prefeitura Municipal de Pracinha, relativas ao exercício de 2018, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.**

Determino a expedição de ofício à Prefeitura Municipal, recomendando que: aperfeiçoe o Planejamento Municipal; adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Eficiência da Gestão Municipal – IEG-M, especialmente aqueles indicadores que obtiveram conceito C – “Baixo Nível de Adequação” e C+ “Em fase de Adequação”; providencie a correção dos apontamentos remanescentes quanto ao funcionamento do Controle Interno;



coíba eventuais atrasos no recolhimento dos encargos sociais, a fim de evitar a incidência de multas e juros; contabilize as despesas com contratações terceirizadas de serviços médicos no elemento econômico correto; aprimore a cobrança da dívida ativa; observe aos ditames da Lei Federal nº 4.320/64, bem assim às diretrizes traçadas no Comunicado SDG nº 19/2010, quando dos adiantamentos realizados; corrija as impropriedades apontadas nas áreas da Saúde e Ensino, a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados à população; providencie a readequação do Quadro de Pessoal, em atendimento às exigências do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal, atentando, ainda, para a exigência de nível superior para ocupação dos cargos; coíba o pagamento injustificado de horas extras aos servidores, averiguando para tanto a sua real necessidade, a fim de evitar que tal excepcionalidade se torne rotina e eventual fonte irregular de remuneração; obedeça fielmente o prazo disposto no inciso II, § 2º, do artigo 29-A da Constituição Federal; guarde fidedignidade na transmissão de dados ao Sistema Audesp; e cumpra as Instruções nº 02/16, no que concerne ao envio de documentos a esta Corte.

Determino à Prefeitura que providencie a compatibilização do Pagamento de Adicionais de Insalubridade (fls.19/20, evento 115.57), conforme consta deste voto.

Por derradeiro, caberá ao Órgão Fiscalizador, quando da próxima inspeção “in loco”, verificar a efetiva adoção das medidas regularizadoras anunciadas nas alegações de defesa sobre os tópicos que seguem: i-Ambiente (elaboração do Plano de Saneamento Básico); Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (Projeto de Lei nº 15/2019); Obras Paralisadas; I-Educação; e i-Saúde.

RENATO MARTINS COSTA
Conselheiro